

Lira propõe que País adote nova estratégia para a renegociação

Da sucursal de
BRASÍLIA

O ex-presidente do Banco Central, Paulo Lira, em depoimento prestado ontem perante a CPI da Câmara que investiga as causas do endividamento externo brasileiro, defendeu uma "solução não convencional" para o refinanciamento da dívida, "mediante uma declaração do governo brasileiro aos governos estrangeiros onde se encontram situados os bancos comerciais credores (predominantemente os governos de países industrializados) de que, durante um período de cinco anos, os juros da dívida externa brasileira, nos níveis em que foram negociados, serão pagos em base **accrual** (contabilização nas respectivas contas de empréstimos) e não em base **cash** (mediante a transferência de recursos financeiros).

Segundo a proposta de Lira, "as amortizações serão automaticamente prorrogadas até o final do mesmo prazo. No curso do quarto ano, o Brasil definirá as condições em que efetivamente pagará, mediante a transferência de recursos, a dívida acumulada, inclusive os juros capitalizados, em um período de longo prazo, de 25 a 30 anos".



Arquivo

"Solução não convencional"

EXCLUSÕES

O ex-presidente do Banco Central considerou, em sua proposta, que três tipos de dívida seriam excluídas da nova regra temporária para o pagamento de juros e amortizações: o primeiro seriam os **trade credits** (créditos comerciais de curto prazo) vinculados ao financiamento de importações e exportações; as dívidas de curto prazo assim não identificadas seriam objeto do novo tratamento.

O segundo seriam as dívidas relativas às operações com o Banco Mundial, pois elas proporcionam o financiamento da transferência de recursos para o País, de vez que o valor dos novos empréstimos recebidos no ano é superior ao serviço da dívida no mesmo período. O terceiro

seriam os **bonds** levantados no mercado, pois suas características recomendam um tratamento especial.

Na execução da medida, o Tesouro assumiria, com as exceções indicadas, todas as dívidas contraídas com o Exterior, por entidades situadas em território nacional, públicas ou privadas. O ex-presidente do Banco Central considerou que um aspecto crítico de sua proposta diz respeito à reação dos investidores estrangeiros de capital de risco. Por isso recomenda que, antes de sua demarcação, contatos deveriam ser feitos com os principais investidores diretos dos principais países aplicadores para com eles verificar a possibilidade de indicar um fluxo futuro de novos investimentos que pelo menos cobrissem uma esperada remessa de dividendos.

Acredita Paulo Lira que "a própria perspectiva de um crescimento da economia nacional, claramente acima do cenário medíocre, se bem compreendida pelos interessados em uma visão de longo prazo do Brasil, deve favorecer o êxito desses contatos". Lira disse também que o prazo de cinco anos para a operação de desengajamento temporário e parcial do sistema internacional de empréstimos se explica, basicamente, por uma estimativa arbitrária do prazo necessário para que a economia nacional recupere suas forças, fazendo bom uso da oportunidade aberta com a não-transferência dos recursos proporcionada pela operação.

CONSEQUÊNCIAS

Tanto durante sua exposição quanto no decorrer dos debates, dos quais participaram o presidente da CPI, deputado Alencar Furtado, o relator, deputado Sebastião Nery e outros membros do órgão investigador, o ex-presidente do Banco Central referiu-se às "consequências possíveis" da implementação de sua proposta, afirmando que "os resultados práticos sobre o nível de funcionamento da economia nacional nos anos próximos, em decorrência da operação de desengajamento, dependem das reações provocadas nas áreas de **Trade Credits** e de investimentos diretos.

Mesmo que o Tesouro assumisse o serviço da dívida no Exterior, internamente as entidades públicas e privadas continuariam a fazer os pagamentos devidos em cruzeiros correspondentes aos valores contratados em moeda estrangeira, ao Banco Central. Ele considerou que "a massa de cruzeiros afluente por esse caminho ao Banco Central inverteria a situação atualmente existente quanto ao controle da expansão dos meios de pagamentos. Haveria necessidade, ao contrário de hoje, de controlar-se com cuidado o possível impacto contracionista da medida sobre a massa monetária, criando condições mais favoráveis para um ataque drástico à inflação".